

**XII Congresso Brasileiro
de História Econômica**

**13^a Conferência Internacional
de História de Empresas**

**Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017**

**Herança colonial e formação industrial em São Paulo durante a
República Velha**

João Maurício Buckingham Noronha Falleiros Leal

Fábio Antonio de Campos



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Herança colonial e formação industrial em **São Paulo durante a República Velha**

João Maurício Buckingham Noronha Falleiros Leal¹
Fábio Antonio de Campos²

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a estrutura industrial que emergiu em São Paulo durante o período entre 1888 e 1930, principalmente em relação a sua estrutura, a origem do seu capital, e a sua relação com o desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse contexto as contribuições de Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré são fundamentais para o entendimento o sentido da formação econômica brasileira dentro da sua característica central, ou seja, a preservação da herança colonial. Dessa forma, buscamos analisar o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e o surgimento industrial a ele relacionado, tendo como fundamento as contribuições teóricas desses dois autores.

Palavras-chave: São Paulo, Indústria, República Velha, Herança Colonial;

Abstract

The article aims to analyze the industrial structure that emerged in São Paulo during the period between 1888 and 1930, mainly in relation to its structure, the origin of its capital, and its relation with Brazilian economic development. In this context the contributions of Caio Prado Junior and Nelson Werneck Sodré are fundamental to the understanding of the meaning of Brazilian economic formation within its central characteristic, that is, the preservation of the colonial heritage. Thus, we seek to analyze the process of Brazilian capitalist development and the industrial emergence related to it, based on the theoretical contributions of these two authors.

Keywords: São Paulo, Industry, Old Republic, Colonial Heritage.

¹Economista, mestrando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP.

²Professor Doutor do Instituto de Economia da UNICAMP.

Este artigo possui como objetivo propor uma reinterpretação sobre o desenvolvimento industrial em São Paulo, dentro da ótica do desenvolvimento nacional e o sentido da formação econômica brasileira. Nesse Aspecto Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré foram os dois grandes expoentes dentro desse debate, identificando como característica fundamental do processo histórico brasileiro a preservação da sua herança colonial, a qual remete a especialização produtiva e a dependência externa.

Essa análise tem por motivação lançar luz sobre um debate central para a compreensão do processo de formação industrial brasileiro, no qual muitas das interpretações correntes entendiam o período como de mudanças qualitativas da economia, apontando para uma tendência de aprofundamento das possibilidades de geração de um desenvolvimento econômico autônomo. Esse processo se daria através da internalização dos departamentos produtivos da economia, utilizando inclusive a aliança com o capital internacional. Esses são os casos principalmente de João Manuel Cardo de Mello (1982) e de Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva (1981).

O período entre 1888 e 1930 foi escolhido, uma vez que representa justamente a etapa final de inserção das relações capitalistas de produção no território brasileiro, ao mesmo tempo em que passou pela etapa inicial de desenvolvimento industrial propriamente dito, ainda na fase da república oligárquica

A preservação da herança colonial, inclusive na forma peculiar de formação da estrutura industrial, incompleta e dependente, é a hipótese central desse estudo, o que para ser demonstrado remete a uma análise da formação econômica brasileira no período, e da estrutura industrial dela resultante. Para isto, além de ser feita na primeira parte desse texto uma reconstrução da formação econômica brasileira no período dentro das contribuições Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré, também são debatidos nas partes seguintes do texto as questões referentes ao processo de desenvolvimento e formação capitalista brasileiro dentro do contexto da dependência externa. Em seguida

são abordadas as questões referentes ao processo de diversificação de capital na economia cafeeira, o agente desse processo e as fontes do capital industrial, para por fim serem debatidas as questões diretas sobre fatores que levaram a essa formação industrial, e a estrutura industrial resultante.

Particularmente em relação às questões das fontes de capital dois estudos foram fundamentais para a compreensão do processo de formação industrial brasileiro, e da sua limitação: Luiz Aranha Correa do Lago (1979) e Michel Deliderali Marson (2012). O primeiro autor foi um dos pioneiros na análise da formação das indústrias de bens de capital no Brasil, identificando que os investimentos no setor não possuíam relação com o grande capital mercantil importador ou cafeeiro após o encilhamento. Deliderali também chega a mesma conclusão, demonstrando através da reconstrução do processo de formação do ramo de máquinas-ferramentas em São Paulo, que as economias pessoais de trabalhadores e operários passaram a prevalecer no investimento, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial e a década de 1920.

Por fim a tese desse trabalho tem como ambição ressaltar o caráter dessa burguesia e do seu investimento industrial, que é possível de ser observado no tipo de relação que ela estabelece junto ao processo de formação estrutural dessa economia. Adiantando a análise que procuraremos demonstrar no restante do texto, a distribuição setorial que essa indústria paulista apresentou, focada no setor de bens de consumo salário, como resultado da ação da burguesia interna, não seria um resultado da sua relação particular junto a economia e o investimento industrial, o qual remeteria a sua origem?

Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré: economia nacional e colonial, e a questão do imperialismo

A temática do desenvolvimento nacional foi o centro do debate Marxista brasileiro na sua fase inicial, principalmente no que concerne ao PCB³. Nesse contexto os autores Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré foram os dois principais intelectuais em torno desse discussão, contribuindo significativamente para a

³ Sigla do Partido Comunista Brasileiro antes da sua extinção durante o regime militar.

compreensão do sentido da formação histórica brasileira, e as suas consequências econômicas.

O autor Plínio de Arruda Sampaio Junior (1977, PP. 66-68) entende o conceito de economia nacional como sendo “... o conjunto de circunstâncias objetivas e subjetivas que condicionam a capacidade da sociedade de controlar o seu processo de mudança social”. Para isto as relações de causa e efeito entre gasto e renda devem ficar circunscritas ao espaço econômico nacional, de tal forma que ele seja uma instância vital da reprodução do capital⁴. Essa situação só é possível através da organização de uma economia composta por forças tipicamente capitalistas, articulado em torno de um departamento produtor de bens de produção, e que, além disto, representa o ponto de partida e chegada do processo de valorização do capital⁵.

Uma economia colonial, em contra partida, seria aquela que segundo Leão (1994), fazendo uma análise da obra de Caio Prado Junior, possuiria a sua produção voltada para o atendimento de necessidades estranhas ao grosso da coletividade que a compõe e dinamiza, o que coloca a massa dos trabalhadores como meros “meios de produção para o negócio”. Nelson Werneck Sodré (1977 p, 31) focou sua análise da economia colonial na questão da realização dos lucros, observando que “... uma economia colonial, em qualquer tempo, é aquela que realiza o lucro no exterior, no todo ou na máxima parte...”. No caso brasileiro foi desenvolvido um modelo de grande empresa, baseada na produção em larga escala, submetida à monocultura e arrimada em técnica primitiva e deficiente cujo objetivo era a produção de bens primários para às áreas capitalistas adiantadas.

Essa condição dependente, na qual a economia brasileira executava a função de alimentar a acumulação capitalista internacional, ressalta a importância que as articulações que o imperialismo estabeleceu para se beneficiar da exploração econômica da periferia, e em como elas culminaram com a diversificação estrutural da economia brasileira, para compreender o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro nesse período.

A economia mundial deparou-se na segunda metade do século XIX com um intenso processo de concentração e centralização do capital liderada pelas indústrias

⁴ SAMPAIO, P, A. Da Nação a Barbárie. Tese de doutorado defendida na UNICAMP em 1997, disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000122819>. p, 87.

⁵SAMPAIO, P, A. Da Nação a Barbárie. Tese de doutorado defendida na UNICAMP em 1997, disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000122819>. p, 88

produtoras de bens de produção pesados⁶. Como resultado de tal processo imperialista surgiram novos componentes na estrutura capitalista mundial, referentes à finança⁷, o cartel e o truste⁸. Os bancos foram às instituições incumbidas de promover a concentração e centralização dos capitais em novas proporções, formando o mercado dos ativos por eles distribuídos um negócio a parte, indiretamente relacionado com a atividade produtiva, como é o caso das transações efetuadas na bolsa de valores (CAIO PRADO JUNIOR, 1969, p, 159).

Essa economia trustificada era incapaz de eliminar os fatores do seu desequilíbrio, cuja origem remonta a essência do capitalismo, ou seja: a exploração do trabalho humano através da mais-valia e do lucro capitalista⁹. Além disto, ela agravou os mecanismos causadores da sua instabilidade através: do desenvolvimento crescente da produção; e da redução relativa do mercado consumidor. Abriu-se para esse sistema uma brecha capaz de amenizar o seu contexto de crise, representada pela ampliação do sistema para o exterior. Isto implicou em novas oportunidades de inversões compensadoras do cenário de subconsumo possíveis de serem realizadas através da progressiva integração de países não capitalistas ou semicapitalistas no sistema central (CAIO PRADO JUNIOR, 1969, p, 193).

Agora o centro da concorrência internacional era a exportação de capitais, colocando o país que adquire esse capital em uma situação dependente do credor, tendo de aceitar as suas condições (Hilferding, 1963, p. 12). Essas exportações de capitais relacionavam-se com a economia do país que as recebia de forma peculiar, condicionando um tipo de relação que levou os países de origem colonial a preservarem essa situação fundamental. O sistema capitalista internacional não se mostrava nesse momento como um mero agregado de países situados em níveis diferentes de progresso econômico, identificado pela diferença na renda nacional de cada um, mas muito pelo contrário apresentava um complexo entrelaçamento de relações que concediam a cada um dos países, ou grupos de países, uma feição própria, e uma função econômica, específicas (CAIO PRADO JUNIOR, 1969, p, 197).

⁶ HILFERDING, R. El Capitalismo Financiero. Madri: editora Tecnos S.A. 1963, p. 341, 344.

⁷ PRADO JÚNIOR, C. Esboços de Fundamentos da Teoria Econômica. São Paulo. Brasiliense. 1969, p. 154. A finança tinha por objetivo a manipulação dos capitais utilizados diretamente na produção.

⁸ PRADO JÚNIOR, C. Esboços de fundamentos da Teoria Econômica. São Paulo. Brasiliense. 1969, p. 157. Trata-se de blocos fundidos de empresas em imensas organizações cujo objetivo era eliminar a concorrência

⁹ PRADO JÚNIOR, C. Esboços de Fundamentos da Teoria Econômica. São Paulo. Brasiliense. 1969, p.168

Articulando-se de forma subsidiária e dependente, decorrentes da atribuição econômica de fornecer matérias-primas e gêneros alimentares para os centros capitalistas, os países periféricos ocupavam, dessa forma, uma posição específica no conjunto do sistema capitalista, o que lhes condicionou a realidade do subdesenvolvimento (CAIO PRADO JUNIOR, 1969, p, 197).

Agora nas grandes potências centrais a relação entre o investimento direto externo, e o sistema econômico interno apresentava uma dinâmica diversa. Nessas regiões a introdução em larga escala, e de forma acelerada, da técnica industrial proporcionou um processo contínuo e ininterrupto de inversões que criava, ele próprio, as condições da sua própria continuidade¹⁰. Essas nações conseqüentemente conseguiram promover não apenas o desenvolvimento do capital financeiro nacional e das suas estruturas industriais, mas também a sua exportação para as áreas subdesenvolvidas, ganhando dessa forma com o diferencial de juros¹¹.

Diante da intensificação do domínio imperialista do capital monopolista, a disputa por regiões periféricas tornou-se ainda mais acirrada, consubstanciando a exportação de novas formas de controle sobre elas¹². Agora seriam impostas hierarquicamente condições para o empréstimo, de tal forma que fossem garantidas as importações de mercadorias, e as exportações de alimentos de matérias-primas. O investimento direto estrangeiro (IDE), que no final do século XIX se destinava principalmente para a extração de matérias-primas, e na infraestrutura urbana de transporte, continuaria contribuindo para o desenvolvimento das regiões alvos da sua ação, mas agora em novas condições que impunham não só o controle da extração de mais-valia, como também as condições da realização desse mesmo valor, aprofundando as contradições referentes à dependência externa e ao subdesenvolvimento dessas regiões¹³.

¹⁰ PRADO JÚNIOR, C. Esboços de Fundamentos da Teoria Econômica. São Paulo. Brasiliense. 1969, p.203.As coisas nessas localidades ocorreram dessa forma, pois nesse período, de preliminar estruturação do sistema capitalista, as suas integrações ocorreram de forma homogênea, englobando sucessivas áreas e setores que desde logo se organizavam de forma análoga a dos centros originários de onde partia a expansão

¹¹ CAMPOS, F. A. e SABADINI, M. S. Hilferding e o Nexo Imperialista entre Capital Financeiro e Exportação de Capital. Texto para Discussão. IE/ Unicamp, Campinas, n. 243, ago. 2014, p. 13.

¹² CAMPOS, F. A. e SABADINI, M. S. Hilferding e o Nexo Imperialista entre Capital Financeiro e Exportação de Capital. Texto para Discussão. IE/ Unicamp, Campinas, n. 243, ago. 2014, p. 14.

¹³ CAMPOS, F. A. e SABADINI, M. S. Hilferding e o Nexo Imperialista entre Capital Financeiro e Exportação de Capital. Texto para Discussão. IE/ Unicamp, Campinas, n. 243, ago. 2014, p. 15.

O Brasil figurou como uma das áreas principais da atuação imperialista. Durante a primeira metade do século XIX, no contexto da nação politicamente independente, o país assistiu a estruturação de uma dependência externa diferente da anterior, organizada agora em cima da subordinação financeira, a qual possuía seu principal mecanismo através do empréstimo externo; este de caráter meramente circulatório, visando compensar os deficits da balança externa de mercadorias¹⁴. Na segunda metade do século XIX, período no qual surgiu e se consolidou o imperialismo, o Brasil já se encontrava em posição subordinada e dependente, de tal forma que esse avanço, através do investimento direto externo, tornava o capital internacional o sócio majoritário da acumulação brasileira.¹⁵

Formas e consequências da dependência externa

As estruturas para a manutenção da dependência, e as suas consequências, são centrais para o entendimento do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, e a sua relação com o capitalismo internacional. Sérgio Silva (1995) salientou que o desenvolvimento das forças produtivas possuía formas adaptadas a reprodução das relações de produção dominantes, dando origem a “formas específicas de dominação do capital”¹⁶. A posição dominante da acumulação, nesse contexto, encontrava-se na esfera comercial, que concedeu ao capital cafeeiro uma condição hegemônica; o que salientava a subordinação internacional da economia brasileira¹⁷. O capital internacional foi nesse processo um dos seus principais participantes, subordinando a economia através do domínio do seu mercado consumidor, da órbita financeira, e do investimento direto.

Sérgio Silva (1995) observou que a reprodução do capitalismo nacional, nesse contexto, subordinava-se à reprodução do capitalismo em escala mundial que se colocava como elemento motor e limitante desse processo, impondo-lhe condições

¹⁴ SODRÉ, N. W. História da Burguesia no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 1976, p. 146, 148.

¹⁵ SODRÉ, N. W. História da Burguesia no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 1976, 151.

¹⁶ SILVA, s. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p 20, 23 e 24.

¹⁷ SILVA, s. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 97.

específicas para o seu desenvolvimento¹⁸. A transição para as relações capitalistas de produção iniciou-se na segunda metade do século XIX, baseada fortemente na economia exportadora, que dinamizava a economia de mercado interno¹⁹. Nessa fase começou a operar a acumulação capitalista, surgindo como consequência os primeiros bancos privados brasileiros, juntamente com a ampliação do capital comercial e do grupo mercantil²⁰.

A Inglaterra nesse contexto dominou a acumulação brasileira. Além de vender manufaturas, dominou também a oferta de seguros, o transporte naval e o comércio internacional, aportando através das suas companhias à metade das exportações de café, açúcar e mais da metade de algodão²¹. O principal investimento inglês no Brasil até a primeira-guerra mundial foram às estradas de ferro, concentrando a metade desses capitais²². Em 1886 a participação inglesa no desenvolvimento ferroviário brasileiro era de tal proporção que das oito companhias ferrovias operando em São Paulo duas lhes pertenciam, entre elas a mais lucrativa, e apenas duas não haviam feito nenhum empréstimo em Londres²³.

O café foi o principal foco da ação do capital internacional, visto que financiou o estabelecimento das plantações de café e o custeio da produção, como também dominou o transporte do produto, os seguros a ele relacionados e o processo de industrialização final²⁴. Inclusive a comercialização interna, que durante longo período esteve nas mãos dos comissários do café, sofreu com o ganho de espaço para as companhias exportadoras estrangeiras²⁵. Por consequência o desequilíbrio externo brasileiro se ampliou através do acúmulo de obrigações nas formas de remessas de lucros e dividendos das empresas aqui estabelecidas, e pagamentos das balanças de serviços e de capitais referentes aos empréstimos externos, os seguros e os fretes, o que resultou em um forte desequilíbrio da balança de pagamentos, e em endividamento externo²⁶.

¹⁸SILVA, s. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 25

¹⁹SODRÉ, N. W. *Historia Burguesia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976, p. 167.

²⁰SODRÉ, N. W. *Brasil: Radiografia de um Modelo*. Petrópolis: Vozes. 1977, p. 51.

²¹GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1973, p. 83, 90, 92 e 93.

²²GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1973, p. 64.

²³CASTRO, A.C. *As Empresas Estrangeiras no Brasil*. UNICAMP, 1976, p. 49. PRADO, C. J. página 61. O autor salienta a importância do financiamento estrangeiro no desenvolvimento ferroviário paulista.

²⁴PRADO, C. J. *Historia Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 272

²⁵SODRÉ, N. W. *Brasil Radiografia de um Modelo*. Petrópolis: Vozes. 1977, p. 59, 69.

²⁶PRADO, C. J. *Historia Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 210, 211. O autor aqui esclarece como que o aumento da participação do capital internacional aprofunda a dependência externa,

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
Herança colonial e formação industrial em
São Paulo durante a República Velha

Com uma economia especializada na exportação de primários, e dependente da importação da maioria dos produtos necessários para a subsistência da população, as crises do comércio externo adquiriam proporções consideráveis. Também com a manutenção dessa estrutura se mantinha o vínculo de dependência externa na esfera da acumulação, uma vez que os ciclos econômicos internos encontravam-se dependentes das oscilações dos preços dos gêneros de exportação. Como resultado dessa estrutura econômica se intensificava o endividamento externo, o que colocava a moeda brasileira em uma situação de forte instabilidade²⁷. Como é possível observar na tabela abaixo, o endividamento externo cresceu durante todo o período, enquanto que os saldos da balança comercial oscilaram.

Tabela 1 - Dívida Externa e Balança Comercial Brasileiras entre 1922 e 1930 em milhões de libras

Anos	Saldos da balança comercial	Dívida externa acumulada
1822-1889	69	31,1
1890-1897	24,3	40,5
1898-1910	173,6	129,3
1911-1914	34,9	162
1915-1926	201,6	211,5
1927-1930	36,1	267,2

Fonte: elaboração própria baseada nos dados de: LAGO, C. L. A. A Indústria Brasileira de Bens de Capital. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1979, p. 24.

Nelson Werneck Sodré (1978, p, 96; 97) qualificou esse movimento como de uma ofensiva imperialista do capital internacional sobre o território brasileiro, danosa por três motivos: i) - carreava para fora grande parte dos lucros aqui produzidos; ii) - não se integrava ao sistema produtiva nacional; iii) - e apropriava-se das melhores oportunidades econômicas, restringindo as possibilidades de investimentos dos agentes internos. A necessidade desses empréstimos externos refletia a condição fundamental dessa estrutura econômica, a qual tem na herança colonial a sua principal característica. Os desequilíbrios daí decorrentes reafirmavam a dependência da exportação de

refletida na forma de um endividamento externo que salta dos 30 milhões de libras com a proclamação da república, para 250 milhões em 1930.

²⁷ SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p 105. PRADO, C. J. História e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense. 1983, p 70-71. O café, cuja perspectiva de exportação apresenta uma tendência declinante, quando somado com a ampliação da necessidade de importações decorrentes da mudança do padrão de consumo da população brasileira, ocasionado pela imigração européia, intensifica o desequilíbrio externo, que se soma a crescente participação do sistema financeiro internacional, levando a ampliação dos compromissos externos.

primários uma vez que eles são a única forma de fazer frente aos crescentes compromissos externos.

Perissinotto (1994, p, 167) é enfático ao afirmar que o controle das finanças públicas pelo capital internacional lhe conferia a capacidade de conquistar posições sólidas na política brasileira, possibilitando a sua intervenção junto às decisões de política econômica do estado. Essa situação ficava clara nos eventos relativos às negociações dos empréstimos externos, nos quais as condições impostas pelos credores impunham uma série de concessões, como benefícios alfandegários e concessões de obras públicas²⁸. Para esse capital uma política sistemática e profunda de industrialização no Brasil não lhe interessava uma vez que esse processo levaria inexoravelmente ao rompimento dos mecanismos da dependência: necessidade menor de importações para a reprodução econômica interna; menor dependência do mercado externo e dos seus dominadores; oscilações econômicas menos intensas; e por fim uma dependência financeira em relação ao capital internacional reduzida²⁹.

Sampaio (1997, p.124), abordando a obra de Caio Prado Júnior, afirmou que os vínculos do capital internacional com a economia brasileira possuíam um caráter especulativo devido à extrema volatilidade dos seus laços com o espaço econômico nacional. Como a economia internacional encontrava-se dominada por grandes trustes, a importância do espaço econômico nacional brasileiro acabava sendo residual para a sua política internacional de inversões. O que importava nesses investimentos era o domínio sobre os processos produtivos das economias dependentes, dos seus recursos naturais, e a utilização da sua força de trabalho (SAMPAIO, 1997, p. 136).

No contexto da dependência externa, através dos seus vários mecanismos, o aprofundamento do processo de formação industrial brasileiro encontrava-se impedido. O desenvolvimento econômico ocorrido durante a República Velha foi um resultado direto da ação imperialista, que disponibilizou capitais e investiu diretamente no país. Por consequência a acumulação capitalista e a burguesia interna eram resultados dessa ação, com os capitais internacionais ficando com os principais setores da acumulação. Sampaio (1997, p. 139) destacou que o capital internacional monopolizava os recursos

²⁸ PERISSINOTTO, R. M. Classe Dominante e Hegemonia na República Velha. Campinas: UNICAMP. 1995, p. 174, 175. O autor utiliza para demonstrar tal relação de subordinação os exemplos da ação francesa, em particular a relativa ao empréstimo de consolidação do primeiro plano de valorização em 1908.

²⁹ PERISSINOTTO, R. M. Classe Dominante e Hegemonia na República Velha. Campinas: UNICAMP. 1995, p. 191.

financeiros disponíveis para o financiamento da acumulação, através do seu controle dos mercados de capitais das economias periféricas. A burguesia brasileira que se desenvolveu, conseqüentemente, não contava com a principal fonte de recursos, inerente a comercialização internacional dos gêneros primários, como também era uma participante minoritária em grande parte dos setores da acumulação interna. Dessa forma, a burguesia interna encontrava-se condenada a uma total submissão, optando frente à concorrência das empresas internacionais ou pela abstenção, ou pela a convivência pacífica (SAMPAIO, 1997, p; 136-137).

As fábricas que surgiram importavam praticamente todas as suas máquinas e insumos, de tal forma que eram necessárias divisas em moeda estrangeira para que prosseguisse o crescimento industrial. Sem o desenvolvimento de um setor de bens de produção interno ficava imposta a necessidade da ampliação da lavoura de exportação de primários, o que mantinha investimento industrial preso a questões inerentes aos ciclos econômicos dos países centrais. Além disto, a presença do capital internacional no setor de bens de produção no Brasil já ocorria de forma pioneira durante a República Velha, restringindo ainda mais as possibilidades de inversões para os capitalistas internos. Dessa forma, se consolidava uma economia de caráter dual, com duas instâncias desarticuladas entre si: uma produzindo para o mercado externo; e o outro para o interno (SAMPAIO, 1997, p. 125). Esses fatores impediam que o capital industrial se consolidasse como forma dominante do capital, reafirmando a herança colonial (SAMPAIO, 1997, p. 133-134).

A diversificação de capital na economia cafeeira.

A questão da transição para o trabalho assalariado é um fator fundamental dentro da análise do desenvolvimento industrial brasileiro, pois como foi posto por Caio Prado Junior (1983, p 64/65), e Nelson Werneck Sodré (1976, p, 171), a organização de uma economia baseada em relações mercantis de produção permitiu que o processo de acumulação de capital fosse iniciado de fato, de tal forma que essa etapa é entendida pelos autores como o prelúdio do desenvolvimento industrial durante a república velha, e da superação da condição colonial. A economia cafeeira não organizou somente um grande mercado de trabalho, com ampla oferta de mão de obra para diversos setores,

mas também desenvolveu um mercado consumidor com elevado padrão quando comparado com a média da população brasileira³⁰.

Celso Furtado (2003) avaliou a divisão da renda, e o seu fluxo dentro da economia cafeeira baseada no trabalho assalariado. O pagamento dos salários era transformado na sua totalidade em gastos de consumo, que se transformavam em renda dos outros setores da economia³¹. Estruturou-se dessa forma o núcleo de um mercado interno, que pôde crescer mais intensamente que a economia de exportação, apesar do seu impulso original provir dela³². Essa também é à opinião de Wilson Cano (1977), que relaciona a dilatação do mercado para bens de consumo com o regime de trabalho assalariado, resultando na ampliação das oportunidades internas de inversão³³.

Os rendimentos de capital elevados associados à produção cafeeira contrastavam com os baixos salários dos imigrantes, e a sua conseqüente limitada escala de consumo³⁴. A soma de fatores relacionados ao caráter extensivo da produção cafeeira e a sua estagnação tecnológica, condenavam a cultura a não apresentar ganhos de produtividade, de tal forma que só foi possível o aumento dos salários reais mediante um aumento do preço do café no mercado, resultando em uma taxa de crescimento da massa salarial incapaz de ultrapassar a taxa de crescimento da população³⁵. Como existia abundância de mão de obra era possível prosseguir com a ampliação do cultivo sem aumentar os salários pagos. Os resultados foram: i)- um padrão de consumo restrito a gêneros de primeira necessidade e qualidade inferior como farinha de trigo, roupas simples, banha, sal, bacalhau, sabão, massas, cerveja, carne enlatada e querosene³⁶; ii)- uma massa salarial sem capacidade de crescimento relativa à massa de lucros³⁷; iii)- por conseqüência um mercado de consumo restrito para a produção industrial.

³⁰ SODRÉ, N. W. Introdução a Revolução Brasileira. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas Ltda. 1978, p. 96, 97.

³¹ FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional. 2003, p. 158.

³² PRADO, C. J. História e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense. 1983, p. 69. O padrão de consumo desses europeus, de ordem superior à média dos brasileiros, alterou o desenvolvimento material do estado paulista através, também, da alteração das preferências de consumo

³³ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p.50.

³⁴ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 12, 13. Entre um dos motivos das limitadas escalas de consumo dos imigrantes estava associada com as economias que grande parte deles faziam para um possível regresso a Europa.

³⁵ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p.13, 14.

³⁶ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 13. Citando Vicenzo Grossi, "gl'italian a São Paulo", Nuova Antologia, (16 de setembro de 1896), pp231-260; Eugenio Bonardellilo Stato de San Paulo Del Brasile e l'immigrazione Italiana.

³⁷ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p. 49. O autor argumenta que o regime de trabalho livre na região de produção cafeeira tendia para a baixa dos salários, que apresentando uma tendência para a rigidez nos momentos de escassez de mão de obra, enquanto que

Com um mercado de consumo sem possibilidades de generalização em um nível elevado, tornava-se difícil alimentar a acumulação industrial em um ritmo e dimensão capazes de gerarem um crescimento produtivo que a levasse ao desprendimento da acumulação mercantil, ligada a exportação de produtos primários (PRADO, 1972, p. 78). O desenvolvimento industrial baseado na ampliação de uma sociedade de consumo, assistido nos países centrais, no Brasil não encontrava as possibilidades de se estabelecer. Dessa forma a acumulação industrial manteve-se dependente da acumulação primário-exportadora uma vez que era ela a responsável pela geração de mercados consumidores com possibilidades de crescimento; diretamente relacionados com as variações do preço internacional do café.

Baseada na reprodução do capital cafeeiro, a trajetória de desenvolvimento da estrutura econômica paulista apresentou uma forte tendência de diversificação produtiva. Nessa região desenvolveram-se: a agricultura comercial de alimentos, os maiores bancos privados do país; as ferrovias mais lucrativas, e o principal setor industrial. Também surgiu uma série de serviços urbanos como transporte, comunicação, energia elétrica e construção civil.

Os principais agentes desse processo ou estavam diretamente relacionados com a produção de café, como é o caso dos grandes fazendeiros que se envolvem em atividades comerciais, bancárias e industriais, ou eram indiretamente envolvidos com ela, recebendo estímulos provenientes do seu crescimento. Ao buscarem a preservação das suas propriedades e a ampliação dos seus lucros, os cafeicultores diversificavam os seus ramos de atuação, organizando para isto sociedades de fazendeiros; algo que demonstrava o grande espírito de cooperação desse grupo³⁸. Caio Prado Júnior (1966) ressaltou que a participação de nacionais na produção dos gêneros exportáveis, e nas atividades complementares, configurava juntamente com a participação externa um tipo particular de economia no conjunto do mundo periférico, na qual essas duas esferas funcionavam como um todo coeso³⁹.

frente à ativação dos fluxos migratórios estes se tornavam flexíveis negativamente³⁷. Para isto ele comparou os anos de 1883 e 1886, quando os salários se mantiveram consideravelmente rígidos frente à queda do preço do café, com a longa crise do preço do produto a partir de 1897, que eles apresentaram queda expressiva, e a grande crise de 1929, com variação negativa entre 30% e 40%.

³⁸ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 44.

³⁹ PRADO, C. P. Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense. 1966, p. 62. O autor está diferenciando a economia brasileira, na qual a associação entre capital nacional e estrangeiro ocorre de forma complementar, e os países asiáticos e africanos, onde existe uma estratificação clara entre essas duas esferas.

Contudo cabe salientar que a burguesia brasileira apresentava para Caio Prado Junior dimensões econômica, socialmente e politicamente associadas a uma mesma categoria de indivíduos, a classe dominante, não existindo entre eles posição de classe ou categoria social distintiva do ponto de vista das relações de produção⁴⁰. Funcionavam esses diferentes grupos como se fossem uma unidade na diversidade, sem a existência de uma “burguesia nacional” em oposição ao imperialismo, ou ao grupo mercantil⁴¹. A burguesia dita “progressista” assumiu logo uma posição associada e submissa as empresas estrangeiras, ligando-se a elas e aos interesses econômicos e financeiros internacionais pelos mais diversos laços e relações, operando os atritos apenas na esfera puramente comercial e inerente à concorrência⁴².

Nelson Werneck Sodré (1976), apesar das suas fortes diferenças interpretativas em relação a Caio Prado Junior nesse aspecto, também entendia como limitado o caráter autônomo e progressista da burguesia brasileira. Como esses burgueses industriais foram recrutados originalmente junto aos latifundiários e burgueses comerciais, a sua estratégia de atuação visou uma aliança com essas outras frações para que prosseguisse a acumulação de tal forma a colocar o peso da exploração imperialista sobre os ombros dos trabalhadores⁴³. Considerando a classe burguesa como um todo, o autor considera que não existe ali uma coesão de classe capaz de lhe diferenciar do restante da classe dominante, possuindo dessa forma um caráter submisso e a reboque das outras frações da classe dominante⁴⁴.

Sérgio Silva (1995) salientou, por sua vez, que o caráter comercial dominava a acumulação cafeeira, articulando dessa forma o seu processo de diversificação. Essa condição era um reflexo do fraco desenvolvimento das relações capitalistas de produção brasileiras, as quais condicionavam um processo de reprodução econômica que reafirmava o domínio do comércio sobre a produção, freando o desenvolvimento das

⁴⁰ LEÃO, I. Z. C.C. A Matriz Teórica de Caio Prado Junior: a Nação Inconclusa. Tese de doutorado defendida no IE/UNICAMP. 1994, p. 31.

⁴¹ REIS, J. C. Revista Brasileira de História. n° 19, 1999, p. 9;12. Essa burguesia era composta por aliados e sócios interligados em inúmeros e entrelaçados interesses, sendo heterogênea na sua origem, mas convergente quanto à natureza dos seus interesses.

⁴² LEÃO, I. Z. C.C. A Matriz Teórica de Caio Prado Junior: a Nação Inconclusa. Tese de doutorado defendida no IE/UNICAMP. 1994, p. 32.

⁴³ SODRÉ, N. W. História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976, p. 255/262.

⁴⁴ SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Difel. 1982, p. 318, 319. Os eventos relacionados com a revolução de 1930, possibilitada graças a cisão ocorrida na classe dominante em decorrência dos efeitos da crise financeira de 1929, e depois a restauração da aliança da classe dominante após a revolução de 1932, demonstravam não só a fraqueza da burguesia brasileira, como também o seu caráter submisso e associado.

forças produtivas⁴⁵. De acordo com a divisão proposta pelo autor, era possível encontrar uma segmentação entre duas frações principais: os grandes capitais cafeeiros, de caráter comercial; e o médio capital muito mais próximo da função de meros proprietários de terras⁴⁶. Por consequência o centro do processo de diversificação do capital cafeeiro estava associado a grandes capitais, de caráter concentrado.

A ação do grande capital cafeeiro ocorria por meio da figura do comissário do café⁴⁷. Esse agente também exercia a tarefa de custeio e expansão das plantações, operando dessa forma como banco. As instituições bancárias nacionais cresceram intensamente durante a Primeira Guerra Mundial, operando nos ramos de crédito agrícola, industrial e comercial. Entre 1910 e 1921 esses bancos triplicaram os empréstimos e depósitos, triplicando novamente esse valor até 1928⁴⁸.

O capital cafeeiro diversificou-se também no setor de construção ferroviária, ampliando as possibilidades da sua reprodução. Além de ter possibilitado o avanço para o interior com baixos custos de transporte, esse setor permitiu que os capitais excedentes relacionados à produção cafeeira encontrassem uma atividade lucrativa para a sua operação, o que levou a geração de mais excedentes e por consequência a intensificação da sua diversificação⁴⁹. O capital cafeeiro empregava em 1910 242.500 contos nesse setor, superando largamente o total dos capitais empregados na indústria manufatureira daquele ano, que totalizavam 127.000 contos⁵⁰. As principais companhias ferroviárias relacionadas ao capital cafeeiro em São Paulo foram a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana.

O surgimento da indústria e a sua estrutura

⁴⁵ SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p.61. A reafirmação do capital comercial no Brasil está associada com a permanência da sua condição periférica de exportador de alimentos.

⁴⁶ SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p.60, 61. Os grandes proprietários controlam o grande capital cafeeiro, associado a etapa comercial, apesar de que essa distinção de ser tida como uma aproximação uma vez que esses capitais não existiam de forma autônoma.

⁴⁷ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p.70-71. Ele conectava os produtores junto aos ensacadores, que após produzirem as “ligas” vendiam essa produção para os exportadores, que dominavam o comércio internacional do produto

⁴⁸ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p. 74.

⁴⁹ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p. 53.

⁵⁰ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p. 52.

O processo de desenvolvimento inicial da estrutura industrial brasileira foi alvo de controvérsias em torno dos seus elementos geradores. O debate está associado às questões relativas ao crescimento industrial e a sua relação com o crescimento da economia de exportação, assim como os movimentos da taxa de câmbio, ou mesmo o nível das tarifas de importação. Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Sérgio Silva (1995) contribuíram para a presente discussão sobre a indústria uma vez que eles entenderam esse processo de desenvolvimento dentro das articulações da dependência, ou seja: da condição subordinada da economia brasileira frente aos movimentos e determinações dos centros capitalistas. Tendo como pano de fundo essa articulação imperialista para a manutenção da dependência externa, esses autores defenderam que o processo de desenvolvimento industrial durante a República Velha foi uma combinação do desenvolvimento capitalista baseado na generalização das relações mercantis de produção, com os estrangulamentos externos, formando uma unidade singular no qual a origem da indústria se encaixava.

Como já citado na primeira parte desse texto, tanto Caio Prado Junior quanto Nelson Werneck Sodré creditavam ao crescimento acumulação capitalista no Brasil, e ao estrangulamento externo, os motivos pelos quais ocorreu o processo de desenvolvimento industrial brasileiro no período. Esse desenvolvimento entre 1888 e 1930 foi de caráter complementar a economia de exportação, sendo gerada nos momentos de avanço do preço do gênero exportável, o qual levou ao desenvolvimento da uma indústria mercantil, cuja produção se intensificava frente aos estrangulamentos externos⁵¹. Dessa forma as crises da economia exportadora, e as interrupções do fornecimento externo de mercadorias, intensificavam a transferência de capitais agrícolas para o setor industrial⁵².

Sergio Silva, (1995), por sua vez afirmou que a importância do comércio externo na economia brasileira determinaria não somente o baixo nível de desenvolvimento capitalista, mas também a sua forma específica de desenvolvimento, na qual o comércio assumia a função central, subordinando a produção industrial⁵³. A reprodução do capital cafeeiro e da condição subordinada da economia brasileira não excluem o desenvolvimento industrial, uma vez que esse processo não destrói os laços entre

⁵¹ SODRÉ, N. W. Brasil: radiografia de um Modelo. Petrópolis: Vozes. 1977, p68.

⁵² SODRÉ, N. W. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Difel. 1982, p. 311 SODRÉ, N. W. História da Burguesia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965, p. 237.

⁵³ SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 110 e 111.

economia mundial e brasileira, podendo levar simplesmente a mudanças nas formas de subordinação⁵⁴.

Sérgio Silva (1995) entendeu o nascimento da indústria como parte de um único processo de desenvolvimento no qual a economia cafeeira ocupava inteiramente posição dominante⁵⁵. Dentro dessa estrutura os motivos pelos quais a indústria surgiu no Brasil não poderiam ser atribuídos somente ao atendimento a uma demanda antes satisfeita por importações, uma vez que ela era resultado do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cuja uma das dimensões foi o crescimento da indústria⁵⁶.

A divisão internacional do trabalho, que atestava a subordinação orgânica da economia brasileira, ressaltava o desequilíbrio externo brasileiro, impondo a necessidade do aumento da produtividade para a continuidade da expansão do excedente, e por consequência o prosseguimento da acumulação. Por meio da sua realocação frente ao estrangulamento externo, o capitalismo brasileiro encontrava no investimento industrial uma forma de ampliar a sua geração de lucros⁵⁷.

A importância do estrangulamento externo e do desenvolvimento das relações capitalistas possui importância central para diversos outros autores, como é o caso de Cano (1977), que identifica na acumulação cafeeira, no estrangulamento externo e na tarifa alfandegária os principais fatores em torno do surgimento das primeiras indústrias em São Paulo. Versiani e Versiani (1978; 1987) e Wilson Suzigan (2000) permitiram compreender os movimentos complexos em torno do investimento industrial, dentro das suas relações junto ao movimento da proteção tarifária e cambial, do avanço da lavoura exportadora e dos gastos do governo.

Analisando o investimento na indústria têxtil algodoeira durante a república velha, Versiani e Versiani (1978; 1987) concluíram que a lógica de funcionamento das inversões nesse período apresentou uma sucessão de ciclos de investimento e produção. Essa dinâmica derivava do fato que os mesmos estímulos que agem sobre o aumento da produção, como a desvalorização cambial e o aumento da proteção tarifária, agiam

⁵⁴ SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 112, 113.

⁵⁵ SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 98, 99.

⁵⁶ SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 100.

⁵⁷ SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 109.

também no sentido inverso quanto ao investimento, cujos recursos eram de procedência estrangeira⁵⁸.

Wilson Suzigan (2000), adicionalmente, fez uma análise de regressão do movimento do investimento industrial relativamente: i)- a variação na receita de exportações; ii)- as mudanças nas variáveis de política econômica; iii)- e as variações no estoque real de moeda⁵⁹. Analisando a série agregada o autor identificou uma relação positiva, até o final da década de 1920, entre crescimento do investimento industrial, as receitas de exportações e a variação do estoque de moeda⁶⁰. Já o movimento da política comercial, através da taxa de câmbio e da tarifa de importação, apontaria uma relação ambígua decorrente dos seus efeitos sobre o preço relativo das importações, e os custos de produção; mesmo com a desvalorização cambial criando melhores condições para a produção nacional, estimulando as suas inversões, o encarecimento da importação de máquinas, equipamentos e insumos acaba por agir no sentido contrário⁶¹. Esse último fator teria apenas impedido o declínio do custo real de importações até o final da década de 1920, com algumas indústrias contando com maior proteção que outras devido à diferença entre as alíquotas das tarifas para os diferentes ramos⁶².

Eram especificamente quatro as fontes do capital industrial em São Paulo: i)- o capital mercantil cafeeiro; ii)- o capital mercantil importador; iii)- o capital internacional; iv)- e as economias internas de ex-operários. As três primeiras representavam o grande capital, cujo sentido da produção e os vínculos junto à estrutura econômica brasileira se expressavam na forma do investimento industrial. A última, com reduzida importância, direcionava-se para setores os quais não atraíam o interesse do grande capital atuante no Brasil, mas que apesar disto apresentavam possibilidades de negócios lucrativos.

Em relação ao caso específico do capital mercantil cafeeiro em São Paulo, Wilson Cano (1977) salientou que os principais agentes deste eram os grandes fazendeiros paulistas, que na sua busca por lucros mais estáveis penetravam no setor

⁵⁸ VERSIANI, F. R. e VERSIANI M. T. R. O. *Industrialização Antes de 1930*, p. 124, 125, 126. *Formação Econômica do Brasil, a Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva S. A. 1978.

⁵⁹ SWZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP. 2000, p. 97.

⁶⁰ SWZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP. 2000, p. 98, 100.

⁶¹ SWZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP. 2000, p. 101.

⁶² SWZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP. 2000, p. 112, 113.

manufatureiro de forma direta, ou indiretamente financiando essas atividades⁶³. Esses investimentos direcionavam-se para uma série de ramos industriais como: máquinas, implementos agrícolas e sacarias de juta para a produção de café; bens de consumo; insumos como fábricas de cal, cimento, tubos de cerâmica e vidros⁶⁴. Os principais investimentos desse grupo foram grandes indústrias como: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro; a Fábrica de tecidos Votorantim; a Companhia Nacional de Tecidos de Juta; a Vidraçaria Santa Marina; e a fábrica de cimento Rodovalho⁶⁵.

O capital mercantil importador figurava como a principal fonte de capitais para o setor industrial paulista. Warren Dean (1971) analisou os motivos pelos quais esse agente optava por esse tipo de inversão, concluindo que devido a questões logísticas referentes à venda ou aquisição de algum bem, que impôs a execução de algumas etapas do processo produtivo no território nacional, condicionava-se a possibilidade da sua produção lucrativa no país⁶⁶. A escassez de crédito, juntamente com o conhecimento dos canais de mercado e distribuição dos produtos, permitia que o importador operasse no financiamento da instalação de máquinas e equipamentos por industriais, aumentando ainda mais a sua relação com a produção industrial.

A instabilidade presente nas transações externas da economia brasileira, levando a moeda nacional a bruscas variações no seu valor, condicionava um cenário no qual a capacidade de importação sofria bruscas contrações, diminuindo a geração de lucros no grupo importador. Frente a uma política de valorização do café que preservava a renda junto ao grupo exportador, e juntamente com o crescimento dos cultivos, as possibilidades de investimentos no setor industrial tornavam-se uma realidade para os agentes envolvidos no comércio exterior. Como os mesmos importadores de bens de consumo operavam também na importação de bens de produção, o estímulo as iniciativas industriais, desde que não comprometessem as transações envolvendo

⁶³ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p.129

⁶⁴ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p. 143. e Dean página 45

⁶⁵ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p. 148, 147, e Dean página 44.

⁶⁶ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 26. O autor observa que as indústrias que apresentavam tais condições vantajosas para a sua instalação no Brasil diziam respeito às etapas de produção para as quais seriam necessárias: obras de instalação no local referentes às máquinas e equipamentos importados; o transporte de insumos muito perigosos ou perecíveis para o transporte de longa distância; insumos em melhores condições de aquisição no território brasileiro. A respeito do envolvimento dos importadores no setor manufatureiro ver as páginas 25 até 40 desse mesmo trabalho do autor.

máquinas e equipamentos, representariam uma oportunidade de estabilização da taxa de lucros⁶⁷.

Os importadores que se envolviam em atividades industriais permaneciam na sua atividade de origem, por questões relativas à facilidade de aquisição de equipamentos e insumos⁶⁸, mas também como estratégia inerente à lógica de diversificação da sua pauta de investimentos. Da mesma forma como o investimento industrial representava uma diminuição do risco, em decorrência das variações da taxa de câmbio e das tarifas de importação, a permanência no comércio exterior representava uma garantia frente a políticas contracionistas do governo que desestimulassem a produção industrial. Essa condição dual da existência dos industriais paulistas os levava a assumir um posicionamento dúbio quanto às políticas de apoio a indústria, ou de estímulo as importações, como bem retratou Dean(1971) no caso de Francisco Matarazzo, o qual segundo o autor teria expressado preferência à importação em relação à produção manufatureira se aquela desse mais lucros⁶⁹.

Analisando a trajetória dos principais importadores que se transformaram em industriais no estado de São Paulo, é possível constatar que a maioria ou já possuía grandes negócios de importação e de comércio atacadista, ou trabalhava em grandes empresas de importação. Esses foram os casos da maior dos grandes industriais de São Paulo no período, como são os casos de Muller⁷⁰, Francisco Matarazzo⁷¹, Pereira Ignácio, Egydio Gamba e os irmãos Carbone, Klabin, Scarpa, Siciliano, os irmãos Jaffet⁷², Crespi e Ernesto Diederich.

⁶⁷VERSIANI, F. R. e VERSIANI M. T. R. O. Industrialização Antes de 1930, p. 127, 128. Formação Econômica do Brasil, a Experiência da Industrialização. São Paulo: Saraiva S. A. 1978. Esse agente objetivava as possibilidades de ganhos em várias linhas, diversificando ao máximo a sua estrutura produtiva, ao invés de se focarem em apenas uma atividade; fato este que segundo os autores, citando relatos de um funcionário do U. S. Departamento of Commerce, resultava em ineficiência gerencial dos empreendimentos.

⁶⁸ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 38

⁶⁹ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 39.

⁷⁰ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 32. Muller, que se situara entre os grandes industriais brasileiros, era funcionário da empresa importadora Zerenner Bullow no início de sua carreira.

⁷¹ MARCOVITCH, J. Pioneiros & Empreendedores. São Paulo: USP. p. 91, 92, 94. Francisco Matarazzo quando iniciou o seu primeiro empreendimento industrial de grande porte através da construção de um moinho de farinha em 1900, conseguiu crédito para iniciar as atividades da fábrica graças ao seu posicionamento como grande comerciante de importação e produtor de banha Grande parte dos lucros que permitem a instalação da fábrica são auferidos com a diminuição da entrada de farinha de trigo estadunidense no Brasil em 1898.

⁷² MARCOVITCH, J. Pioneiros & Empreendedores. São Paulo: USP. p 72. DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 32. Os irmãos Jaffet já eram grandes atacadistas e

O comércio exterior brasileiro além de ter sido o centro da acumulação também possuía um caráter concentrado nas mãos de poucos agentes de importação exportação. O fato de estar presente nesse setor conferia ao importador vantagens importantes relativas ao aproveitamento das variações do câmbio, dando-lhes uma condição na qual grandes lucros comerciais eram possíveis de serem auferidos mediante o aproveitamento de oportunidades específicas; fato esse que se atesta nas trajetórias de negócios de Francisco Matarazzo e dos Irmãos Jaffet⁷³. O estímulo ligado a redução de riscos, dentro de uma estratégia de diversificação da estrutura de negócios, juntamente com a preservação da atividade de importadores por grande parte desses novos industriais, ressaltam a função especulativa que esses investimentos possuíam no conjunto das atividades desses agentes, fato este que os afastariam de um industrial burguês clássico.

Quanto ao capital internacional, cabe destacar a sua presença no setor de bens de produção como são os casos da estadunidense *Lidgerwood MFG. Co. Limited*, importando e produzindo máquinas de beneficiamento de café, e a companhia belgo-luxemburguesa Belgo-Mineira, a primeira siderúrgica integrada do Brasil⁷⁴. No setor de bens de consumo a presença estrangeira ocorria principalmente na produção de têxteis, farinha de trigo, calçados e fósforos. No ramo de calçados tínhamos a Anglo Argentina Alpargatas e a escocesa *Clark Company*, operando no Brasil sob a alegação de suplantar barreiras tarifárias, e concentrando grande parte do capital do ramo⁷⁵. A empresa sueca *Swedish Match Trust* assumiu durante a década de 1920 o controle de praticamente todas as companhias de fósforos brasileiras, colocando sob domínio do Truste estrangeiro um dos principais ramos industriais nacionais⁷⁶. A *Société des Sucreries Bresiliennes* era uma empresa francesa que operava no ramo de construção de usinas de açúcar a nível nacional, possuindo a propriedade de usinas paulistas desde a

importadores quando da inauguração da sua primeira fábrica em 1906, a Cia Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga, que operava com produção em larga escala

⁷³ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 37. O autor cita a questão a anilina nos negócios dos irmãos Jaffet. SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega. 1995, p. 95. O Autor caracteriza como grande comércio os negócios de importação, e a facilidade que os seus agentes tinham para conseguirem crédito.

⁷⁴ SWZIGAN, W. Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento. Campinas: UNICAMP. 2000, p. 284.

⁷⁵ SWZIGAN, W. Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento. Campinas: UNICAMP. 2000, p. 190 e DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 66.

⁷⁶ SWZIGAN, W. Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento. Campinas: UNICAMP. 2000, p. 242, 243 e 244.

década de 1880⁷⁷. Outra companhia escocesa era a fábrica de linhas para coser *J. and P. Coats*, grande produtora internacional de linhas correntes⁷⁸. Durante a primeira guerra mundial o capital estrangeiro inseriu no Brasil a produção de carne congelada, dominando esse ramo da indústria até período recente através de empresas como a *Wilson i Company, Armour, Swift, Continental e Anglo*⁷⁹.

O aparecimento de pequenas oficinas de reparos, ligadas aos investimentos de recursos próprios de ex-operários de fábricas e oficinas paulistas, representava uma fonte de capital industrial que apesar da sua reduzida importância, apresentava grande relevância no setor de bens de produção, principalmente no ramo de máquinas ferramentas. A ação desse agente na produção de uma diversificada pauta produtiva contrastava com a do grande capital mercantil, cujo foco incidia principalmente sobre o setor de bens de consumo. Essa participação de imigrantes cuja origem não procedia do comércio importador exportador na formação das indústrias de máquinas ferramentas se intensificou a partir do final do século XIX, e no início do XX⁸⁰.

A partir da década de 1890 a maioria das empresas do ramo de máquinas ferramentas que foram fundadas em São Paulo não possuíam relação com o comércio de importação, e nem visavam atender a demanda cafeeira, apresentando uma vinculação muito maior com o crescimento do mercado interno⁸¹. São exemplos desse processo de crescimento da indústria de máquinas ferramentas para atender a demanda crescente do mercado interno: a Mecânica Cavallari, 1905, (máquinas de beneficiamento de arroz); a Tonnani Lorenzetti, 1922, (máquinas ferramentas e máquinas agrícolas); a Dedini, 1929, (equipamentos para a indústria do açúcar e do álcool); a Villares, 1920, (oficina de construção e reparos de elevadores); e a Nardini, 1924, (maquina-ferramenta)⁸².

Surgiu como resultado dessa dinâmica econômica dependente uma indústria em São Paulo que apresentava uma trajetória diferente em relação a dos países centrais, que nesse período já articulavam a indústria de consumo de massas, baseada na produção de

⁷⁷ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 66.

⁷⁸ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 66.

⁷⁹ PRADO, J. C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1983, p. 267.

⁸⁰ DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL. 1971, p. 126. MARSON, D. Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo entre 1870-1960. Tese de Doutorado: USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2012, p. 29. VERSIANI, F. A Década de 20 na Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA. 1987, p. 65.

⁸¹ MARSON, D. Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo entre 1870-1960. Tese de Doutorado: USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2012, p. 57, 58.

⁸² VERSIANI, F. A Década de 20 na Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA. 1987, p.65. MARCOVITCH, J. Pioneiros & Empreendedores. São Paulo: USP. p. 60, 61.

bens duráveis de consumo, na mecanização e no desenvolvimento tecnológico⁸³. Como o Brasil não era produtor em escala apreciável de máquinas e equipamentos para a indústria, a acumulação capitalista alimentou por consequência um mercado para o qual não existia produção interna, resultando em um impulso para atividades externas, os quais não se refletiam em estímulos para a economia de mercado interno. Essa condição desarticulou a acumulação e a inversão, transformando a reprodução do capital em um processo incompleto. Como a demanda por máquinas se direcionava para o exterior, era necessária a existência de moeda estrangeira para que os investimentos fossem feitos, um fator que por natureza era estranho a reprodução econômica interna, resultando em um desfalque para o poder aquisitivo interno, e em um desequilíbrio ainda maior entre produção e consumo⁸⁴.

Tabela 2 - Indústria de Transformação no Brasil Participação do Setor de Bens de Capital

Setores	1907		1919	
	%*	Quantidade	%*	Quantidade
Bens de capital				
Número de estabelecimentos	7,70%	230	2,90%	380
Capital (em contos de reis)	6,00%	35.064	2,50%	45.816
Número de operários	9,2	12.485	3,20%	8.698
Valor da produção	7,50%	50.008	2,50%	74.753
Produção relativa à oferta	(-)	(-)	(-)	32,90%
Indústria de transformação	%*	Quantidade	%*	Quantidade
Número de estabelecimentos	(-)	2.988	(-)	13.336
Capital	(-)	580.691	(-)	18.115.156
Número de operários	(-)	136.420	(-)	275.512
Valor da produção	(-)	668.843	(-)	2.989.176

Fonte: elaboração própria baseada nos dados de: LAGO, C. L. A. A Indústria Brasileira de Bens de Capital. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1979, p. 24.

Como é possível observar na tabela 2 o processo de desenvolvimento industrial em São Paulo foi como no resto do país calcado principalmente nas indústrias de bens de consumo não duráveis no período anterior a 1930, apresentando inclusive uma perda de peso relativo na produção e no investimento dos ramos químicos, metalúrgicos e de

⁸³HOBSBAWM, E. J. Da Revolução Industrial ao capitalismo inglês. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária. 2003, THOMSON, R. Eras of Technological Convergence: Machine Tools and Mechanization In The United States. Preparado para o Encontro da Associação de História Econômica, Setembro, 2010. ROSEMBERG, N. Technological Change in the Machine Tool Industry, 1840-1910. Cambridge. The Journal of Economic History, volume 23, issue 4, December 1963

⁸⁴ PRADO, C. J. Esboços de Fundamentos de Teoria Econômica. São Paulo: Brasiliense. 1969, p. 223.

minerais não metálicos⁸⁵. Esse processo reafirmou o caráter colonial da economia, através da manutenção da vinculação entre crescimento industrial e produção primário exportadora, aumentando por consequência os estrangulamentos externos ao qual a economia era submetida. Dessa forma o processo de desenvolvimento industrial ocorrido durante a República Velha preservou o sentido da formação histórica brasileira, sendo portanto incapaz de promover a consolidação de uma economia nacional.

Considerações finais

Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré ajudam a entender que o processo de desenvolvimento econômico ocorrido na República Velha consolidou uma economia de caráter dependente externamente, sujeita a estrangulamentos externos representados pelo déficit da balança de pagamentos, e que por consequência era refém de progressivo endividamento externo, e com tendência a queda da taxa de câmbio.

O café foi o elo de ligação entre a economia brasileira e a acumulação capitalista internacional, através da preservação das estruturas da dependência, culminando com um intenso processo de desenvolvimento do capitalismo interno. A formação industrial brasileira durante a República Velha ocorreu através da combinação consolidação das relações mercantis de produção, e o estrangulamento externo. A acumulação de capital na economia cafeeira, que era de caráter principalmente mercantil, articulou-se junto ao estrangulamento externo, promovendo um processo de diversificação econômico, direta ou indiretamente a ele relacionado. Essa dinâmica não só modernizou a economia, como também foi à responsável pelo surgimento da estrutura industrial paulista. As fontes do capital industrial de São Paulo no período da república velha, por consequência, atestavam essa relação, sendo proveniente ou do capital mercantil cafeeiro ou importador, ou do capita internacional, ou em menor escala as economias pessoais de imigrantes.

A relação estabelecida entre esses burgueses de origem mercantil e o investimento industrial apresentava um caráter especulativo, decorrente de a maioria destes não terem se afastado da sua função inicial de importadores e comerciantes, e da sua lógica de

⁸⁵ CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DILFEL. 1977, p. 190, 191.

investimentos apresentar uma racionalidade na qual a estabilização da taxa de lucros era o principal alvo. Esse capital de origem mercantil direcionou-se principalmente para o setor de bens de consumo da indústria manufatureira, desenvolvendo uma estrutura incompleta do ponto de vista da acumulação industrial. Diferentemente dos países capitalistas, onde a industrialização havia passado por um processo de formação homogêneo dos setores industriais, o Brasil assistiu ao desenvolvimento de uma indústria incompleta e dependente, na qual a formação do setor de bens de produção foi incapaz de ocorrer através da dinâmica interna da acumulação de capital

Enquanto o grande capital mercantil se especializou no setor de bens de consumo, o setor de bens de produção foi alvo da iniciativa das economias pessoais de imigrantes, e do capital internacional, o que levanta indagações quanto: qual era a vinculação do capital mercantil com o setor do investimento? Porque ele não realizava inversões no setor de bens de produção? E porque um agente com menores capitais, e menor capacidade financeira, efetuava investimentos bem-sucedidos em ramos como, por exemplo, o de máquinas ferramentas? O caráter especulativo e conflituoso desses agentes pode ser uma explicação para o entendimento desse processo; o qual deve ser analisado historicamente dentro do desenvolvimento econômico ocorrido durante a república velha.

Referências Bibliográficas

- AURELIANO, L. *No limiar da Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CANO, W. *Alguns Aspectos da Concentração Industrial*. In: VERSIANI F.R e
- MENDONÇA, J. R. B. *Formação Econômica do Brasil, a Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva S.A. 1978.
- CAMPOS, F. A. e SABADINI, M. S. Hilferding e o Nexo Imperialista entre Capital Financeiro e Exportação de Capital. *Texto para Discussão*. IE/ Unicamp, Campinas, n. 243, ago. 2014.
- CASTRO, A. C. *As Empresas Estrangeiras no Brasil*. Dissertação de mestrado defendida na UNICAMP em 1976.
- CHAVANTES, A.P. *Consolidação do Setor Bancário em São Paulo na Década de 1920*. Dissertação de mestrado defendida IE/UNICAMP em 2004.
- DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
Herança colonial e formação industrial em
São Paulo durante a República Velha

- DEAN, W. *A Industrialização Durante a República Velha*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975
- DELIDERALI, M. M. *Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo 1870-1960*. Tese de Doutorado defendida na USP, com versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2012.
- VERSIANI F.R e MENDONÇA J.R.B. *Formação Econômica do Brasil, a Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva S.A. 1978.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2003.
- GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HADDAD, C. *Crescimento do Produto Real Brasileiro - 1900-1947*. In: VERSIANI F.R e MENDONÇA J.R.B. *Formação Econômica do Brasil, a Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva S.A. 1978.
- HILFERDING, R. *El Capitalismo Financeiro*. Madri: editora Tecnos S.A. 1963
- HOBBSAWM, E. J. *Da Revolução Industrial ao capitalismo inglês*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003.
- HOBSON, J. A. *A Evolução do Capitalismo Moderno: Um Estudo da Produção Mecanizada*. São Paulo: Abril, 1983.
- LAGO, C.L.A. *A Indústria Brasileira de Bens de Capital*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1979.
- LEÃO, I. Z. C. C. *A Matriz Teórica de Caio Prado Junior: a Nação Inconclusa*. Campinas. 1994. Tese de doutorado disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000085817>.
- LUZ, V. L. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Corpo e alma do Brasil, 1961.
- MARCOVITCH, J. *Pioneiros & Empreendedores*. São Paulo: Editora USP, 2003
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classe Dominante e Hegemonia na República Velha*. Campinas: UNICAMP. 1995
- PRADO JÚNIOR, C. *Historia Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO JÚNIOR, C. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1947.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- PRADO JÚNIOR, C. *Esboços de Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo. Brasiliense. 1969.
- PRADO JÚNIOR, C. *Revolução Brasileira*. São Paulo. Brasiliense, 1966.
- REIS, J, C. Anos 1960: Caio Prado Jr. e A Revolução brasileira. Belo Horizonte, *Revista Brasileira de História*, vol 19, num. 37, setembro 1999.
- ROSEMBERG, N. Technological Change in the Machine Tool Industry, 1840-1910. Cambridge. *The Journal of Economic History*, volume 23, issue 4, December 1963
- SAMPAIO, P, A. *Da Nação a Barbárie*. Tese de doutorado defendida na UNICAMP em 1997, disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000122819>

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
Herança colonial e formação industrial em
São Paulo durante a República Velha

- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens de Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1995
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo. Difel. 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução a Revolução Brasileira*. São Paulo. Livraria Editora de Ciências Humana Ltda. 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck, Brasil: *Radiografia de um Modelo*. Petrópolis. Editora Vozes. 1977.
- STEIN, S. J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2000.
- THOMSON, R. Eras of Technological Convergence: Machine Tools and Mechanization in the United States. Preparado para o *Encontro da Associação de História Econômica*, Setembro 2010. Disponível em <http://eh.net/eha/wp-content/uploads/2013/11/Thomson.pdf>
- VERSIANI F.R e VERSIANI M.T.R.O. *A industrialização Brasileira antes de 1930*. In: Versiani F.R e Mendonça J.R.B. *Formação Econômica do Brasil, a experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva S.A. 1978.
- VERSIANI F.R. *A Década de 20 na Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA. 1987.
- VILELLA A.V e SUZIGAN, W. *Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945*. 1973.